

## DECRETO Nº 2600/2003

**APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EDEGAR MUNARI RAPACH, PREFEITO MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que preceitua o artigo 106, Inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 927/92, DECRETA:

**Art. 1º -** Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, na forma do anexo deste Decreto.

**Art. 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 3º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ, em 22 de janeiro de 2003.

EDEGAR MUNARI RAPACH  
Prefeito Municipal

## REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRAMANDAÍ

**CAPÍTULO I**  
**DO CONSELHO E SUAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 1º -** O Conselho Municipal de Educação de Tramandaí, criado pela Lei Municipal nº 927/92, de 02 de março de 1992, reger-se-á pelo presente Regimento, observadas as normas e disposições fixadas em Lei.

**Art. 2º -** A constituição e as atribuições do Conselho Municipal de Educação são as fixadas pela Lei Municipal que o criou.

**Valorizamos sua privacidade**

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com nossa [Política de Privacidade](#)

**CAPÍTULO II****DA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA**

**Art. 3º -** O Conselho Municipal de Educação terá um Presidente e um Vice-presidente, eleitos por seus

pares em escrutínio secreto, a realizar-se em junho de acordo com o artigo 4º de Lei 927/92.

§ 1º - A duração do mandato do Presidente e do Vice-presidente será de dois anos, permitindo-se uma única reeleição.

§ 2º - O Presidente é empossado em sessão plenária na 2ª semana após o pleito.

§ 3º - Em seus impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-presidente e no impedimento deste, por um dos presidentes de comissões, na seguinte ordem: 1º Presidente da Comissão de Legislação e Normas; 2º Presidente da Comissão de Planejamento e 3º Presidente da Comissão de Ensino de 1º Grau.

**Art. 4º -** Compete ao Presidente:

- a) convocar e presidir sessões plenárias, ordinárias e/ou extraordinárias;
- b) cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- c) aprovar a pauta de cada sessão;
- d) tomar as providências necessárias para o regular funcionamento do Conselho;
- e) autorizar despesas e pagamentos, dentro das verbas orçamentárias previstas para o exercício;
- f) prestar contas ao Conselho das despesas e pagamentos mediante comprovação legal;
- g) elaborar o orçamento anual do Conselho com aprovação dos demais membros para encaminhamento aos órgãos municipais competentes;
- h) representar o Conselho e delegar representação;
- i) manter os contatos que entender necessários, no interesse do Conselho, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais vinculados ao setor da educação e da cultura;
- j) solicitar as providências e recursos necessários ao atendimento dos serviços do Conselho;
- k) exercer, nas sessões plenárias ordinárias e/ ou extraordinárias, o direito de voto e usar o voto de qualidade em casos de empate;
- l) comunicar ao Poder Executivo a perda ou término do mandato dos membros do Conselho;
- m) conceder licença de afastamento aos membros do Conselho;
- n) designar as comissões permanentes e as comissões especiais para cumprirem tarefas afetas ao Conselho, após decisão de seus membros;
- o) apresentar, anualmente, relatório do Conselho, para conhecimento e aprovação dos demais membros e encaminhamento aos órgãos superiores;
- p) representar judicial e extra-judicialmente o Conselho Municipal de Educação;
- q) desempenhar todas as atribuições inerentes ao cargo.

**Art. 5º -** Compete ao Vice-presidente substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

**Art. 6º -** Na vacância da Presidência ou da Vice-presidência, proceder-se-á a eleição de um substituto que completará o período que faltar para o término do mandato.

### CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

#### Valorizamos sua privacidade

**Art. 7º -** O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á em plenário em sessão ordinária, mensalmente, e em sessão extraordinária, sempre que convocado pelo Presidente, em horário previamente fixado, com a presença de pelo menos 50% de seus membros.

**Art. 8º -** As sessões plenárias constarão de duas partes:

I - Expediente;

II - Ordem do dia

**Art. 9º -** O expediente abrangerá:

I - Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

II - Avisos, comunicações, apresentação de correspondência e documentos de interesse do plenário;

III - Outros assuntos de caráter geral de interesse do Conselho.

**Art. 10 -** A ordem do dia abrangerá discussão e votação da matéria levada a plenário pelo Presidente.

**Art. 11 -** Relatada a matéria, será colocada em discussão, facultando-se a palavra, a cada um dos membros do Conselho que a solicitou.

**Art. 12 -** Qualquer conselheiro presente à votação pode dela abster-se mediante justificação, computando-se a abstenção como voto em branco.

**Art. 13 -** As deliberações de qualquer natureza, em sessão plenária, serão tomadas somente por maioria simples dos conselheiros presentes.

**Art. 14 -** Deliberando o Plenário de forma contrária ao ato da comissão, o Presidente designa outro Conselheiro para lavrar o parecer.

Parágrafo Único - A votação será simbólica, salvo quando requerida e aprovada outra forma de pronunciamento.

**Art. 15 -** O Conselho Municipal de Educação será dividido em tantas comissões permanentes quanto necessárias:

- a) Comissão de Ensino Fundamental e Educação Infantil;
- b) Comissão de Legislação e Normas;
- c) Comissão de Planejamento.

§ 1º - Poderão ser constituídas comissões especiais, julgadas necessárias para o estudo de assuntos determinados.

§ 2º - As comissões especiais dissolver-se-ão automaticamente após a conclusão do trabalho.

**Art. 16 -** As comissões permanentes constituir-se-ão de, no mínimo, três conselheiros que elegerão, anualmente, um presente para coordenar os trabalhos.

Parágrafo Único - O Presidente do Conselho não fará parte de nenhuma das Comissões.

**Art. 17 -** Quando o assunto interessar a mais de uma comissão, poderão ser realizadas reuniões conjuntas.

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com

**Art. 18 -** As comissões reunir-se-ão, sem sessão ordinária mensal e em sessão extraordinária, sempre que convocadas pelos respectivos Presidentes, em horário previamente fixado.

Parágrafo Único - As reuniões extraordinárias deverão ser marcadas com 24 horas de antecedência.

**Art. 19 -** A preferência na discussão ou votação de uma proposição em relação a outra é indicada pelo Presidente.

**Art. 20 -** O Conselho disporá de um (a) Secretário (a) que se incumbirá dos serviços administrativos.

Parágrafo Único - O Secretário será designado pelo poder Executivo, mediante apresentação de lista tríplice, de indicados pelo Presidente do Conselho.

**Art. 21 -** Compete ao Secretário(a):

- a) Superintender os trabalhos de secretaria;
- b) Comparecer às reuniões plenárias e às sessões das Comissões elaborando as atas respectivas;
- c) Submeter a despacho e assinatura do Presidente o expediente e documentos que devam por ele ser assinado;
- d) Expedir ao poder Municipal os processos já decididos pelo Plenário do Conselho, arquivando na Secretaria, cópia dos pareceres de qualquer expediente estudado e já decidido;
- e) Desincumbir-se de todas as tarefas relativas à função.

**Art. 22 -** O Conselho quando necessário solicitará à SMED assessorias que terão a seu cargo os serviços técnicos, diretamente subordinada à Presidência, com a finalidade de prover o órgão do apoio técnico necessário à execução de suas atividades.

Parágrafo Único - A Assessoria Técnica será designada pelo Secretário Municipal da Educação, de acordo com o Conselho.

**Art. 23 -** Compete ao Assessor:

- a) Realizar estudos e pesquisas necessárias ao embasamento dos pareceres dos membros do Conselho;
- b) Assessorar as Comissões permanentes e especiais do Conselho;
- c) Assistir às sessões plenárias prestando os esclarecimentos necessários;
- d) Manter organizado o acervo do material de legislação, consulta e estudo, relacionado especialmente com os assuntos de competência das Escolas existentes no Município;
- e) Manter atualizado o cadastro das escolas situadas no âmbito do município ou outros cadastros relacionados com as atividades do Conselho Municipal de Educação e fornecer sobre elas as informações pertinentes;
- f) Desincumbir-se de todas as tarefas relacionadas à função.

**Art. 24 -** O Assessor Técnico disporá dos auxiliares necessários ao desenvolvimento dos seus trabalhos.

#### CAPÍTULO IV DOS ATOS E SEU PROCESSAMENTO

**Art. 25 -** Os atos propostos pelas comissões e aprovados pelo plenário tomam a forma de parecer ou indicação e são assinados pelo Presidente.

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com nossa Política de Privacidade.

§ 2º - Indicação é o ato pelo qual o Conselho Municipal de Educação propõe medidas com vistas à expansão e melhoria do ensino.

**Art. 26 -** Os atos propostos pelas comissões devem ser assinados pelo relator e Conselheiro presente à sessão, antes de serem submetidos à deliberação do Plenário.

Parágrafo Único - O voto contrário será assinado em separado com justificativa.

**Art. 27 -** O Parecer contém ementa, relatório, análise da matéria e conclusão da Comissão, tendo sua numeração renovada anualmente.

**Art. 28 -** A indicação tem numeração corrida e, como referência, a data da respectiva aprovação.

**Art. 29 -** Os atos do Conselho Municipal de Educação são divulgados pelos órgãos de comunicação existentes no Município.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 30 -** Perderá o mandato o Conselheiro que, sem justificar a ausência, faltar a três sessões consecutivas ou cinco intercaladas.

**Art. 31 -** As omissões e as dúvidas de interpretação e execução deste Regimento serão resolvidas pelo plenário do Conselho.

**Art. 32 -** O presente Regimento só poderá ser alterado por votação de pelo menos dois terços dos Conselheiros sobre propostas apresentadas por escrito em reunião anterior à da votação.

**Art. 33 -** O comparecimento dos Conselheiros às reuniões plenárias e às de comissão é comprovado pela assinatura em livro próprio.

**Art. 34 -** Os conselheiros obedecerão a um cronograma de reunião no decorrer do ano letivo e terão recesso nos meses de janeiro e fevereiro.

**Art. 35 -** Funcionam em caráter permanente a secretária e a assessoria técnica, salva durante o recesso dos Conselheiros a ser fixado pelo Presidente do conselho.

**Art. 36 -** No primeiro provimento, será decidido, através de sorteio, quais os Conselheiros que terão mandato de dois e quatro anos respectivamente.

**Art. 37 -** Este Regimento entrará em vigor na data em que for aprovado pelo Executivo Municipal.

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 28/08/2006*

### Valorizamos sua privacidade

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com nossa [Política de Privacidade](#)